

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007937-05.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Lisandra Patricia Teofilo**
 Requerido: **Jose David da Silva**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

LISANDRA PATRÍCIA TEÓFILO propôs ação de indenização por danos materiais e morais em face de **JOSÉ DAVID DA SILVA**. Alegou ter vendido em 2008 o veículo de *marca BMW, modelo 32ti CG4, ano 1998/1999, cor cinza, placa BAV-0270*, para a empresa *"Gomes Assumpção Comércio de Veículos LTDA"*, tendo, naquele momento, realizado a entrega do recibo do veículo (DUT) em branco para a compradora, que se prontificou a realizar a transferência tão logo fosse realizada a venda a terceiro. Informou que em meados do ano de 2014 foi surpreendida com a negativação de seu nome em razão do não pagamento dos IPVA's dos anos de 2009 a 2013, referente ao veículo vendido. Informou que pagou a dívida, além do IPVA de 2014, no valor total de R\$14.316,92, parceladamente. Requereu a condenação do requerido, comprador do veículo, em danos materiais e bem como em danos morais no valor de R\$ 5.000,00 e a concessão dos benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 12/108 e 113/116.

Concedidos os benefícios da gratuidade processual à fl. 118.

Citado (fl. 138), o requerido apresentou contestação às fls. 139/152. Preliminarmente, impugnou os benefícios da gratuidade processual concedidos à requerente. Requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito, diante da ilegitimidade ativa da requerente bem como da falta de interesse processual. No mérito, aduziu a ocorrência de decadência e prescrição. Informou não ter conseguido proceder à transferência do veículo por culpa exclusiva da autora, que teria se negado a realizá-la, diante de suposta dívida por parte da loja revendedora. Informou que só conseguiu realizar a transferência judicialmente. Impugnou também o pedido de danos morais. Requereu a gratuidade, a revogação da gratuidade processual concedida à autora, a extinção do feito sem julgamento do mérito, o reconhecimento da prescrição,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

e a improcedência. Juntou os documentos de fls. 153/544.

Réplica às fls. 548/563.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

De início, verifico que o requerido ofereceu impugnação, na contestação, à concessão da gratuidade da justiça concedida à requerente alegando, em síntese, que não há elementos suficientes para a concessão, haja vista ter contratado advogado particular e ainda que o objeto que ensejou a dívida é o veículo BMW que era de sua propriedade.

Anoto que para a concessão da gratuidade da justiça não se exige o estado de miséria absoluta, mas sim a impossibilidade, no momento, de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

O fato de ter contratado advogado particular não impede a concessão da gratuidade da justiça, conforme dispõe o §4º, do art. 99 do CPC. Ademais o veículo em discussão já foi vendido há 10 anos e a dívida foi paga parceladamente desde o ano de 2014.

A concessão dos benefícios da gratuidade se deu de acordo com a análise dos documentos juntados aos autos, sendo que era dever da parte requerida, ora impugnante, comprovar a possibilidade da autora arcar com custas, o que não se deu minimamente.

Dessa forma, tendo a autora demonstrado que, atualmente, não tem condições de suportar todas as despesas processuais sem comprometer sua manutenção e de sua família, **rejeito a presente impugnação, mantendo as benesses da gratuidade da justiça concedida à requerente.**

Ademais, indefiro os benefícios da gratuidade requeridos pelo réu. Anoto que a declaração de pobreza goza de presunção relativa de miserabilidade, sendo que é dever da parte que a requer comprovar a hipossuficiência alegada, o que não se deu no caso concreto. Dessa forma, **indefiro o benefício ora pleiteado.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Afasto as preliminares arguidas; não há que se falar em ilegitimidade ativa e falta de interesse processual da autora, que busca, pelos meios corretos, o que entende ser seu direito. A relação jurídica entre as partes está demonstrada, sendo o que basta.

Também não há que se falar em decadência e prescrição. Isso porque o direito da autora surgiu com o conhecimento da negativação e pagamento da dívida, que supostamente não é de sua responsabilidade, o que se deu a partir de outubro de 2014, conforme documento de fl. 25.

Dito isso, passo à análise do mérito.

Trata-se de pedido de reparação de danos materiais e morais que a autora, vendedora do veículo gerador das cobranças de IPVA discutidas, intentou em face do comprador do veículo, que não teria realizado a transferência do bem.

Em que pesem as alegações da autora de que o réu se obrigou à realização da transferência do veículo no momento da compra, a responsabilidade pela regularização da documentação, perante os órgãos responsáveis, também era sua.

Diz o CTB:

Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando: I - for transferida a propriedade; (...) § 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.

E ainda,

Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.

À falta da devida informação sobre a venda do veículo, o DETRAN considera o antigo dono responsável por toda e qualquer obrigação referente ao veículo em questão. Não podia agir de outra maneira, já que não há como se presumir a venda e transferência de propriedade do bem.

Dessa forma, a pessoa que efetua a venda de veículo, por cautela, deve realizar ou ao menos acompanhar a referida transferência e não pode se esquivar da responsabilidade no cumprimento das obrigações exigidas por lei, já que possíveis multas e encargos recairão sobre seu nome. Tivesse a autora agido com esse cuidado, evitaria tais dissabores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A responsabilidade pelo pagamento dos encargos referentes ao veículo é do antigo proprietário, quando este não presta as informações necessárias aos órgãos competentes. Nesse sentido o artigo 6º da Lei 13.296/08. *In verbis*: "São responsáveis pelo pagamento do imposto e acréscimos legais: (...) II - o proprietário de veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração no Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de 30 (trinta) dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável (...)".

Assim, não há que se falar em ocorrência de dano moral pela negativação indevida, já que a própria autora deu causa a ela. A inserção do nome da autora no cadastro informativo de créditos não quitados do setor Público Federal – CADIN, ocorreu pelo inadimplemento das prestações do IPVA sendo que, à falta da alteração do Cadastro de Contribuintes do IPVA, o pagamento era mesmo de sua responsabilidade.

Melhor sorte assiste à autora quanto ao pedido de ressarcimento dos danos materiais suportados. Isso porque, embora tenha responsabilidade solidária junto aos órgãos de trânsito, tem o direito de reaver os valores do proprietário de fato, responsável nítido por todos os débitos do veículo a partir da data da venda do bem.

A venda do veículo está comprovada, tendo inclusive o requerido ingressado com ação judicial para a efetiva transferência do bem. O documento de fls. 15/16 demonstra que a venda se deu em 04/12/2008, sendo que a partir dessa data, o novo proprietário tinha responsabilidade sobre todos os débitos advindos do veículo.

A dificuldade em realizar a transferência para o seu nome, que não é objeto deste feito, aliás, nada importa para a responsabilização do novo proprietário quanto aos encargos inerentes à propriedade e posse do veículo.

Assim, agiu de maneira correta a autora, que realizou o pagamento do valor devido em face dos órgãos de trânsito e agora cobra do verdadeiro proprietário o valor pago por veículo que, de fato, já não era mais seu, desde dezembro de 2008.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, para condenar o requerido à restituição do valor pago pela autora, em relação ao IPVA dos anos de 2009 a 2014, do veículo descrito na inicial. Sobre o montante incidirá correção monetária pela Tabela Prática do TJSP, desde a data do pagamento de cada parcela e ainda juros de mora de 1% ao mês, desde a citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atualizado, para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC, observando-se a gratuidade concedida à autora.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 12 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**